



Escravo, nem pensar!

Minas Gerais - 2018



EXPEDIENTE

REPÓRTER BRASIL

Organização de Comunicação e Projetos Sociais

Presidente: Leonardo Sakamoto

Diretoria: Claudia Carmello Cruz (Primeira-Secretária), Iberê Francisco Thenório (Comunicação), Paula Monteiro Takada (Projetos Sociais), Maurício Eraclito Monteiro Filho (Pedagogia), Rodrigo Pelegrini Ratier (Marketing)

Conselho fiscal: Beatriz Costa Barbosa, Luiz Guilherme Barreiros Bueno da Silva e Spensy Kmitta Pimentel

Coordenadores de programas: Ana Magalhães (Agência de Notícias), Marcel Gomes (Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis), Natália Suzuki (Escravo, nem pensar!)

Departamento administrativo-financeiro: Marta Elizabeth Vieira (coordenadora), Juliana Furhmann (assistente financeira) e Marília Ramos (assistente administrativa)

Equipe do programa Escravo, nem pensar!:

Natália Suzuki (coordenadora), Thiago Casteli (assessor de projeto) e Rodrigo Teruel (assistente de projeto)

Escravo, nem pensar! no em Minas Gerais - 2018

Roteiro e pesquisa: Thiago Casteli

Texto: Guilherme Zocchio

Edição e preparação de texto: Natália Suzuki e Rodrigo Teruel

Projeto gráfico e diagramação: Paulica Santos

Fotos: Escolas participantes do projeto

Realização: Repórter Brasil e Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais

Apoio: Ministério Público do Trabalho e Organização Internacional do Trabalho

Parceria: Comitê Estadual de Atenção ao Migrante, Refugiado e Apátrida, Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Erradicação do Trabalho Escravo (Comitrate-MG)

Tiragem: 3 mil unidades | **Impressão:** Nywgraf Distribuição gratuita - Junho de 2019

As produções do programa Escravo, nem pensar! podem ser reproduzidas sem qualquer tipo de alteração e desde que citada a fonte. Podem ser utilizadas por terceiros apenas para fins não comerciais. – Copyleft – Licença - Creative Commons 4.0. Tipo de licença: Atribuição- Sem derivações CC BY-ND

SOBRE O ENP!

Coordenado pela ONG Repórter Brasil*, o programa Escravo, nem pensar! (ENP!) é o primeiro programa educacional de combate ao trabalho escravo a atuar em âmbito nacional. Desde 2004, previne comunidades socioeconomicamente vulneráveis de violações de direitos humanos, como o trabalho escravo e o tráfico de pessoas. Seus projetos já alcançaram 465 municípios em onze estados brasileiros e beneficiaram mais de 1,3 milhão de pessoas. O programa foi incluído nominalmente na segunda edição do Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo e contempla metas ou ações de prevenção ao trabalho escravo dos planos estaduais da Bahia, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rio de Janeiro e Tocantins.

*SOBRE A REPÓRTER BRASIL

A Repórter Brasil, fundada em 2001 por jornalistas, cientistas sociais e educadores, é reconhecida como uma das principais fontes de informação sobre trabalho escravo no país. O seu objetivo é estimular a reflexão e a ação sobre as violações aos direitos fundamentais dos povos e trabalhadores do campo no Brasil. Suas reportagens, investigações jornalísticas, pesquisas e metodologias têm sido usadas como instrumentos por lideranças do poder público, da sociedade civil e do setor empresarial em iniciativas de combate ao trabalho escravo contemporâneo, que afeta milhares de brasileiros.

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

Repórter Brasil

Escravo, nem pensar! em Minas Gerais – 2018 / Natália Suzuki (org.); Equipe 'Escravo, nem pensar'. – São Paulo, 2019.

60 p.: 25 x 17,5 il.

ISBN 978-85-61252-37-3

1. Educação. 2. Direitos Humanos. 3. Trabalho escravo
I. Título.

CDD 371.12

Índice para o catálogo sistemático:

1. Educação : Direitos Humanos : Trabalho escravo 371.12



Escravo, nem pensar!

Minas Gerais - 2018



Apresentação

Quando a política pública de combate ao trabalho escravo começou a ser implementada na segunda metade da década de 1990, a atenção do poder público ao estado de Minas Gerais se dava principalmente a sua região oeste, por causa da presença das atividades pecuárias, e ao Vale do Jequitinhonha, pela vulnerabilidade socioeconômica de comunidades que eram obrigadas a migrar em busca de trabalho.

Com o passar das décadas e com o aprimoramento das fiscalizações, percebeu-se que o problema no estado era mais complexo. O mesmo padrão de exploração de trabalhadores nas zonas rurais era verificado em atividades urbanas, como a construção civil.

Em 2013, o estado se tornou, pela primeira vez, campeão nacional de casos de trabalho escravo justamente por causa das libertações de centenas de trabalhadores em obras de cidades mineiras. O evento fez com que a quantidade de casos de trabalho escravo urbano, encontrados ao longo de um ano no país, ultrapassasse aquela de trabalho escravo rural. Nunca isso havia acontecido.

Naquele mesmo ano, a Justiça condenava os três pistoleiros, que executaram um motorista e três auditores fiscais do trabalho do extinto Ministério do Trabalho e Emprego. Os servidores públicos realizavam inspeções trabalhistas nas fazendas de Unaí, no interior do estado em 2004. Quinze anos depois, os processos contra os acusados de serem mandantes do crime ainda se arrastam na Justiça.

Em períodos mais recentes, houve ainda constatação de trabalhadores explorados em atividades mineradoras e na produção de café exportado para grandes empresas.

Diante desse cenário, o programa Escravo, nem pensar! priorizou Minas Gerais para a execução das ações educacionais dedicadas à prevenção em escolas durante 2018.

Nas próximas páginas, saberemos um pouco mais sobre como o projeto foi implementado em oito regiões mineiras.

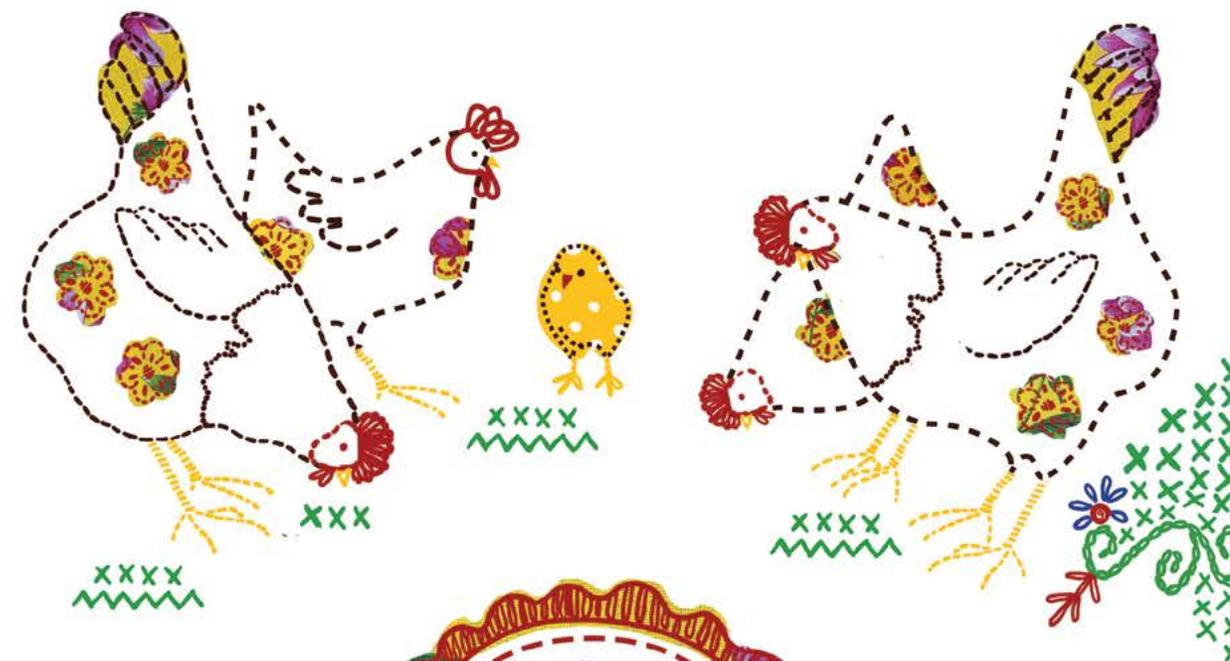
Boa leitura!

Natália Suzuki
Coordenadora do programa
Escravo, nem pensar!
ONG Repórter Brasil



Sumário

1. O que é trabalho escravo.....	8
2. Trabalho escravo em Minas Gerais.....	10
2.1. Casos de trabalho escravo no estado.....	10
2.2. Aliciamento e migração.....	13
3. Programa Escravo nem pensar! em Minas Gerais 2018	14
3.1. Ficha técnica.....	16
3.2. Organograma do projeto.....	17
4. Conquistas.....	20
5. Experiências educacionais.....	22
5.1. Superintendências Regionais de Ensino (SRE).....	23
SRE Araçuaí.....	24
SRE Metropolitana BH-A.....	29
SRE Metropolitana BH-B.....	34
SRE Metropolitana BH-C.....	38
SRE Paracatu.....	42
SRE Patrocínio.....	46
SRE Unai.....	50
SRE Varginha.....	55
6. Rede ENP! de prevenção ao trabalho escravo no Brasil.....	59
7. Saiba mais sobre trabalho escravo.....	59



GLOSSÁRIO

- CE - Centro de Ensino
- Comitrate - Comitê Estadual de Atenção ao Migrante, Refugiado e Apátrida, Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Erradicação do Trabalho Escravo de Minas Gerais Comitrate-MG
- CPT - Comissão Pastoral da Terra
- CTETP/UFMG - Clínica de combate ao Trabalho Escravo e Tráfico de Pessoas da Universidade Federal de Minas Gerais
- EE - Escola Estadual
- EEEF - Escola Estadual de Ensino Fundamental
- EEEM - Escola Estadual de Ensino Médio
- EEEFM - Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio
- ENP! - Escravo, nem pensar!
- FUCAM - Fundação Caio Martins
- MPT - Ministério Público do Trabalho
- OIT - Organização Internacional do Trabalho
- SEE/MG - Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais
- SRE - Superintendência Regional de Ensino



1.

O QUE É TRABALHO ESCRAVO

O trabalho escravo contemporâneo é uma grave violação de direitos humanos que acomete a dignidade e priva a liberdade do indivíduo. No Brasil, ele é definido como crime pelo artigo 149 do Código Penal, como vemos a seguir.

CÓDIGO PENAL

Artigo 149. Reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto:

Pena- reclusão, de dois a oito anos, e multa, além da pena correspondente à violência.

§ 1º. Nas mesmas penas incorre quem:

I- cerceia o uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho;

II - mantém vigilância ostensiva no local de trabalho ou se apodera de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho.

§ 2º. A pena é aumentada de metade, se o crime é cometido:

I - contra a criança ou adolescente;

II - por motivo de preconceito de raça, cor etnia, religião ou origem.

O trabalho escravo dos dias de hoje difere da escravidão dos períodos colonial e imperial, quando as vítimas eram presas a correntes e açoitadas no pelourinho. Os elementos a seguir caracterizam essa violação de direitos humanos.

* Trabalho Forçado

O indivíduo é obrigado a se submeter a condições de trabalho em que é explorado, sem possibilidade de deixar o local seja por causa de dívidas, seja por ameaça e violências física ou psicológica. Em alguns casos, o trabalhador se encontra em local de difícil acesso, isolado geograficamente.

* Jornada Exaustiva

Expediente desgastante que vai além de horas extras e coloca em risco a integridade física do trabalhador, já que o intervalo entre as jornadas é insuficiente para a reposição de energia. Há casos em que o descanso semanal não é respeitado. Assim, o trabalhador também fica impedido de manter vida social e familiar.

* Servidão por dívida

Fabricação de dívidas ilegais referentes a gastos com transporte, alimentação, aluguel e ferramentas de trabalho. Esses itens são cobrados de forma abusiva e descontados do salário do trabalhador, que permanece cerceado por uma dívida fraudulenta. Em muitos casos, todo o seu salário é simplesmente retido, assim como os seus documentos pessoais.

* Condições degradantes

Um conjunto de elementos irregulares que caracterizam a precariedade do trabalho e das condições de vida sob a qual o trabalhador é submetido, atentando contra a sua dignidade. Alojamento precário, péssima alimentação, maus tratos, falta de assistência médica, ausência de saneamento básico e água potável são alguns desses elementos.



2.

TRABALHO ESCRAVO EM MINAS GERAIS

2.1 Casos de trabalho escravo no estado

Os mineiros dizem que Minas Gerais é o mundo. Não à toa, esse ditado tem um bom fundo de verdade. O estado é, de acordo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o quarto de maior extensão territorial (586 522,122 km²) e o segundo em população no país, com pelo menos 21 milhões de habitantes, tendo mais área e residentes do que muitos países. Minas Gerais também é um dos estados mais ricos do Brasil, sendo a terceira economia mais forte. Estes números impressionantes, no entanto, acompanham outro, menos conhecido, sobre trabalho escravo.

Minas Gerais está entre os cinco estados com os maiores índices de trabalho escravo do Brasil. Desde 1995, quando o Estado brasileiro reconheceu oficialmente a existência desse crime, 3,9 mil trabalhadores foram resgatados no estado. Esse número representa 7% dos 53.764 trabalhadores libertados em todo o país até o ano de 2018.

O tamanho do estado faz com que ele abrigue não só casos no meio rural, onde trabalhadores são explorados em atividades relacionadas à colheita de café, no sul do estado, ou à pecuária bovina, por todo seu território. Há também uma tendência nos últimos anos de flagrar, nos centros urbanos, vítimas submetidas a esse tipo de exploração em empreendimentos da construção civil.

Outro aspecto do problema em Minas Gerais são os fluxos migratórios esporádicos. Trabalhadores partem da região do Vale do Jequitinhonha para buscar serviço em lavouras de cana-de-açúcar país afora.

O trabalho escravo no estado também está associado ao episódio conhecido como Chacina de Unaí. Em 28 de janeiro de 2004, data em que foi instituído o Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo, três auditores fiscais do trabalho e um motorista foram assassinados enquanto faziam fiscalizações de rotina das condições de trabalho em fazendas no município de Unaí, no noroeste de Minas. Passados 15 anos, os executores estão presos, mas os apontados como mandantes e intermediários do crime respondem à Justiça em liberdade.

Veja a seguir os números sobre o trabalho escravo no país e em Minas Gerais.

Ranking nacional por número de trabalhadores libertados no país (1995 a 2018)

POSICÃO	UF	TRABALHADORES RESGATADOS	%
1º	Pará	13.352	25
2º	Mato Grosso	6.169	11
3º	Goiás	4.176	8
4º	Minas Gerais	3.906	7
5º	Maranhão	3.395	6
-	Outros	22.766	43
-	Total	53.764	100

Fonte: Dados de janeiro de 2019 da Subsecretaria da Inspeção do Trabalho do Ministério da Economia e da Comissão Pastoral da Terra.

Ocorrência de trabalho escravo por atividade econômica no Brasil (1995 a 2018)

POSICÃO	ATIVIDADE	TRABALHADORES RESGATADOS	%
1ª	Pecuária	17.073	30
2ª	Cana-de-açúcar	12.297	22
3ª	Lavouras	10.454	18
4ª	Atividades não-agrícolas*	6.811	12
5ª	Carvão vegetal	3.885	7,5
6ª	Desmatamento	2.487	4
7ª	Outras	3.316	6,5
-	Total	56.323	100

*A categoria agrega atividades como a construção civil, confecção têxtil, comércio, atividades não agrícolas pulverizadas e atividades econômicas sem identificação no relatório da fiscalização
Fonte: Dados de janeiro de 2019 da Subsecretaria da Inspeção do Trabalho do Ministério da Economia e da CPT.

Ranking estadual dos municípios mineiros por ocorrência de trabalho escravo (1995 a 2018)

POSIÇÃO	MUNICÍPIO	CASOS REGISTRADOS		TRABALHADORES RESGATADOS	
		Nº	%	Nº	%
1º	Belo Horizonte	15	7,5	516	8,5
2º	Paracatu	8	4,0	201	3
3º	Juiz de Fora	7	3,5	236	4,5
4º	Patrocínio	6	3,0	115	2
5º	Buritiz	5	2,5	112	2
	Conceição do Mato Dentro	5	2,5	358	5
	Contagem	5	2,5	257	4
	Ibiraci	5	2,5	57	1
	João Pinheiro	5	2,5	26	0,5
11º em diante	Unai	5	2,5	144	2,5
	Outros	133	67	3893	67
-	Total	199	100	5915	100

Fonte: Dados de janeiro de 2019 da Subsecretaria da Inspeção do Trabalho do Ministério da Economia e da Comissão Pastoral da Terra.

Ocorrência de trabalho escravo por atividade econômica em MG (1995 a 2018)

POSIÇÃO	ATIVIDADE	TRABALHADORES RESGATADOS	%
1ª	Atividades não-agrícolas**	1.370	23
2ª	Lavouras	1.285	22
3ª	Construção civil	1.277	22
4ª	Cana-de-açúcar	971	16
5ª	Mineração	422	8
6ª	Carvão vegetal	338	6
7ª	Outras	252	5
-	Total	5.915	100

**A categoria agrega atividades como a construção civil, confecção têxtil, comércio, atividades não agrícolas pulverizadas e atividades econômicas sem identificação no relatório da fiscalização

Fonte: Dados de janeiro de 2019 da Subsecretaria da Inspeção do Trabalho do Ministério da Economia e da CPT.

2.2. Aliciamento e migração

Minas Gerais é o terceiro estado de onde mais saem trabalhadores que acabam explorados em outros lugares do Brasil. Ao todo, 3.060 trabalhadores de origem mineira foram resgatados do trabalho escravo no país entre 2003 e 2018. Essa quantidade está associada ao contexto socioeconômico de certas regiões do estado, onde parte da população vive em situação de vulnerabilidade. Neste aspecto, tem destaque, principalmente, a região do Vale do Jequitinhonha, no norte mineiro. Diante da necessidade e de poucas oportunidades de emprego e geração de renda no local de origem, somados à falta de informação sobre direitos, o trabalhador se torna suscetível a ofertas enganosas de serviço por parte dos aliciadores. Dessa forma, são submetidos à exploração.

Ranking nacional de naturalidade de trabalhadores libertados no país (2003 a 2018)

POSIÇÃO	ESTADO DE ORIGEM	TRABALHADORES LIBERTADOS	%
1º	Maranhão	8.073	22,5
2º	Bahia	3.484	9,7
3º	Minas Gerais	3.060	8,5
4º	Pará	3.039	8,5
5º	Piauí	2.057	5,8
-	Outros	16.090	45
-	Total	35.803	100

Fonte: Dados de janeiro de 2019 da Subsecretaria da Inspeção do Trabalho do Ministério da Economia e da Comissão Pastoral da Terra.



PROGRAMA ESCRAVO NEM PENSAR! EM MINAS GERAIS 2018

Desde que o Estado brasileiro reconheceu oficialmente, em 1995, a existência de trabalho escravo no seu território, o poder público centra esforços principalmente na repressão desse tipo de exploração.

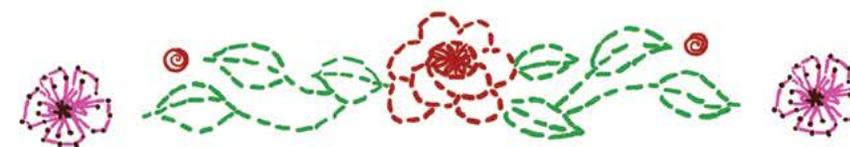
Para combater esta prática, autoridades se dedicam a ações de fiscalização de propriedades privadas e à punição de pessoas e empresas que empregam trabalhadores sob tais condições. Essas medidas são fundamentais para proteger as vítimas e punir os responsáveis, mas não são o suficiente para erradicar o trabalho escravo.

Resolver este problema passa pela realização e articulação de outras políticas públicas. É necessário, além de coibir o crime, oferecer assistência aos trabalhadores e encontrar formas de prevenir o aliciamento para evitar que vítimas em potencial sejam submetidas a situações de exploração.

A prevenção ao problema pode ser realizada por meio de processos formativos de médio prazo pelos quais se divulgam informações e se promove o debate sobre o tema. Esse tipo de ação visa especialmente comunidades vulneráveis ao trabalho escravo para que se tornem mais preparadas para enfrentar o problema e denunciar este crime. Essa foi a proposta de ação do programa Escravo, nem pensar! para Minas Gerais.

Nas páginas seguintes, apresentamos como esse projeto foi implementado no estado e os principais resultados alcançados para a prevenção do aliciamento e da exploração do trabalho escravo. Em seguida, entre as páginas 22 e 58, destacamos as melhores estratégias adotadas por educadores e alunos para disseminar o projeto nas escolas e em suas comunidades.

O projeto foi realizado pelo programa ENP! em conjunto com a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, somado à parceria com o Comitê-MG. Contou também com o apoio do Ministério Público do Trabalho (MPT) e da Organização Internacional do Trabalho (OIT).



“Considero importante colocar o trabalho escravo nas escolas para dar visibilidade às situações presentes no nosso estado. Penso que a educação e as escolas têm um lugar de importância para fomentar esse debate, reconhecer que existe o trabalho e discutir estratégias para que essa situação seja extinta. É algo que fere e atinge a dignidade humana. A escola, pensando na formação das crianças e adolescentes, precisa que se responsabilize também pelo combate de algo tão ruim para o ser humano..”

Augusta Aparecida Neves de Mendonça, subsecretária de Desenvolvimento da Educação Básica da SEE-MG (gestão 2015 a 2018)





3.1. Ficha Técnica

Objetivo geral

Diminuir por meio da educação o número de trabalhadores aliciados para o trabalho escravo e submetidos a condições análogas à de escravidão nas zonas rural e urbana de Minas Gerais.

Objetivos específicos

- Sensibilizar e capacitar gestores e técnicos pedagógicos da rede estadual de Minas Gerais para formar professores de regiões vulneráveis sobre os temas do trabalho escravo e assuntos correlatos.
- Mobilizar escolas da rede estadual de Minas Gerais a desenvolverem atividades educativas de prevenção ao trabalho escravo contemporâneo e assuntos correlatos com alunos e a comunidade extraescolar.

Público

Gestores e técnicos pedagógicos de oito Superintendências Regionais de Ensino (SREs): Araçuaí; Belo Horizonte Metropolitanas A, B e C; Paracatu; Patrocínio; Unaí e Varginha.

Período

Junho a dezembro de 2018.

Metodologia

A metodologia deste projeto é dedicada à formação dos profissionais de educação (gestores e técnicos de formação das SREs), para que se tornem agentes multiplicadores sobre o tema do trabalho escravo na rede pública de ensino. O intuito é fazer com que esse conteúdo seja disseminado no sistema de educação estadual, alcançando outros educadores para, então, envolver os alunos. Os alunos, por sua vez, são transformados em ponto focais em suas comunidades sobre o tema da prevenção ao trabalho escravo. O organograma da página 17 ilustra esse processo.

3.2. Organograma do projeto



SRES E MUNICÍPIOS ALCANÇADOS



ARAÇUAÍ

1. Araçuaí
2. Berilo
3. Berizal
4. Chapada do Norte
5. Comercinho
6. Coronel Murta
7. Francisco Badaró
8. Fruta de Leite
9. Indaiabira
10. Itaobim
11. Itinga
12. Jenipapo de Minas
13. José Gonçalves de Minas
14. Medina
15. Ninheira
16. Novorizonte
17. Rubelita
18. Salinas
19. Santa Cruz de Salinas
20. Taiobeiras
21. Virgem da Lapa

BH A

1. Barão de Cocais
2. Belo Horizonte
3. Brumadinho
4. Caeté
5. Crucilândia
6. Moeda
7. Nova União
8. Piedade dos Gerais

BH B

1. Belo Horizonte
2. Betim
3. Contagem
4. Esmeraldas
5. Ibirité
6. Igarapé
7. Juatuba
8. Mário Campos
9. São Joaquim de Bicas
10. Sarzedo

BH C

1. Belo Horizonte
2. Pedro Leopoldo
3. Ribeirão das Neves
4. Santa Luzia

PARACATU

1. Brasilândia de Minas
2. Guarda-Mor
3. João Pinheiro
4. Paracatu
5. Vazante

PATROCÍNIO

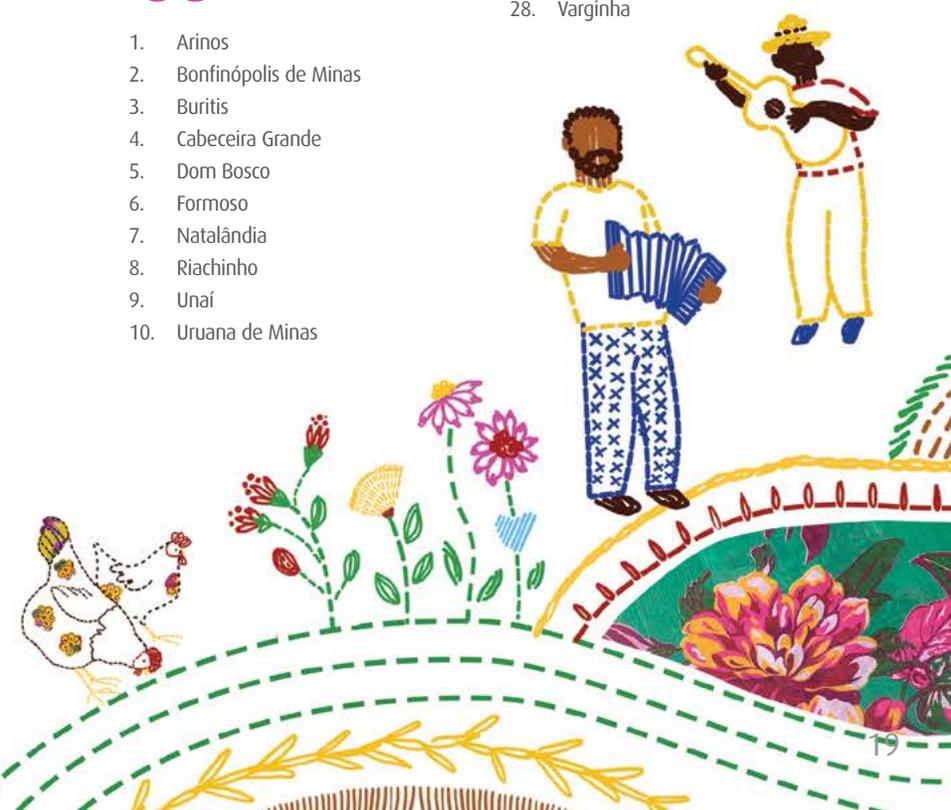
1. Cruzeiro da Fortaleza
2. Guimarânia
3. Ibiá
4. Iraí de Minas
5. Patrocínio
6. Perdizes
7. Serra do Salitre

UNAÍ

1. Arinos
2. Bonfinópolis de Minas
3. Buritis
4. Cabeceira Grande
5. Dom Bosco
6. Formoso
7. Natalândia
8. Riachinho
9. Unai
10. Uruana de Minas

VARGINHA

1. Alfenas
2. Boa Esperança
3. Cambuquira
4. Campanha
5. Campo do Meio
6. Campos Gerais
7. Carmo da Cachoeira
8. Carvalhópolis
9. Coqueiral
10. Cordislândia
11. Elói Mendes
12. Fama
13. Guapé
14. Illicínea
15. Lambari
16. Luminárias
17. Machado
18. Monsenhor Paulo
19. Nepomuceno
20. Paraguaçu
21. Poço Fundo
22. Santana da Vargem
23. São Bento Abade
24. São Gonçalo do Sapucaí
25. Três Corações
26. Três Pontas
27. Turvolândia
28. Varginha



4.

CONQUISTAS



91

MUNICÍPIOS ENVOLVIDOS



ESCOLAS ABRANGIDAS 258



ALUNOS/AS 122.040

5.285

EDUCADORES/AS



3.954

FUNCIONÁRIOS

PESSOAS DE COMUNIDADE EXTRAESCOLAR

52.627



183.906



PESSOAS PREVENIDAS DO TRABALHO ESCRAVO



O PROJETO ALCANÇOU A META 41 DO 2º PLANO NACIONAL PARA ERRADICAÇÃO AO TRABALHO ESCRAVO (2008). CONFIRA:

Promover o desenvolvimento do programa “Escravo, nem pensar!” de capacitação de professores e lideranças populares para o combate ao trabalho escravo, nos estados em que ele é ação do Plano Estadual para a Erradicação do Trabalho Escravo.

“A falta de informação, aliada à vulnerabilidade de parcela da população, leva pessoas a serem vítimas de diversos tipos de exploração, incluindo o trabalho escravo. Por essa razão, atividades de prevenção são essenciais para elevar o nível de conscientização da sociedade, e o Escravo, nem pensar! cumpre esse papel com notável maestria, utilizando a educação como elemento estruturante e ferramenta indispensável à formação cidadã.”

Maria Cláudia Mello Falcão, coordenadora nacional do Programa de Direitos e Princípios Fundamentais no Trabalho da OIT no Brasil

5.

EXPERIÊNCIAS EDUCACIONAIS

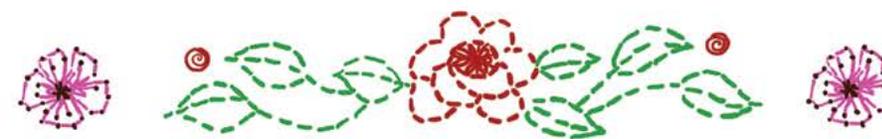
As escolas públicas estaduais de Minas Gerais são administradas por unidades descentralizadas da Secretaria de Estado de Educação. Essas unidades são chamadas de Superintendências Regionais de Ensino (SREs). Para a implementação do projeto, elas foram formadas pelo programa Escravo, nem pensar! e se tornaram responsáveis pela formação de educadores das escolas sobre o tema do trabalho escravo e o acompanhamento do desenvolvimento das atividades com os alunos.

Nas escolas, o protagonismo foi dos estudantes. Com liberdade artística e rigor conceitual, crianças, jovens e adultos elaboraram e realizaram diversas manifestações sobre o assunto, chamando a atenção da comunidade para a necessidade de prevenir o trabalho escravo. De Minas Gerais, estudantes e educadores se empenharam, como veremos a seguir, para tornar conhecida a importância de erradicar uma chaga que atinge ainda a nossa sociedade.



PONTO FOCAL DA SEE-MG

O planejamento e a implementação do projeto foi feita por meio da Coordenação de Educação em Direitos Humanos e Cidadania da Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais, composta por Kessiane Goulart Silva (coordenadora), Cláudio de Salvo Oliveira (analista educacional), Laís Barbosa (analista educacional) e Marina Pereira Friche (analista educacional).



É muito clara a importância de um projeto como o Escravo, nem pensar!. Temos desconhecimento sobre a invisibilidade do trabalho escravo. Levar a formação pedagógica a regiões críticas à existência desse crime é importante para proteger e conscientizar as pessoas vulneráveis. O maior ganho da iniciativa é o de plantar informação e conhecimento. O projeto é uma semente, e a continuidade e o estímulo à discussão dessas temáticas devem permanecer.

Ana Paula Giberti, Coordenadora da Política Estadual de Atenção ao Migrante, Tráfico de Pessoas e Trabalho Escravo, da Comitrate-MG

5.1. Superintendências Regionais de Ensino (SRE)

Dentre as 30 SREs, oito integraram o projeto de 2018 (Araçuaí, Belo Horizonte Metropolitanas A, B e C, Paracatu, Patrocínio, Unaí e Varginha) por serem consideradas estratégicas para o combate ao trabalho escravo: ou estão em áreas com predominância das atividades onde a prática é flagrada, ou abrangem pontos de aliciamento de trabalhadores. A seguir, destacamos algumas das melhores experiências pedagógicas desenvolvidas por elas e por suas escolas no âmbito do projeto¹.

Painel de resultados

SUPERINTENDÊNCIAS REGIONAIS DE EDUCAÇÃO	8
MUNICÍPIOS ALCANÇADOS	91
UNIDADES ESCOLARES ENGAJADAS	258
EDUCADORES	3887
ALUNOS	101.026
PESSOAS DA COMUNIDADE EXTRAESCOLAR	52.627
TOTAL DE PESSOAS ENVOLVIDAS	183.508



¹ As ações destacadas não resumem a enorme variedade e quantidade de atividades didáticas realizadas em Minas Gerais. As experiências aqui narradas merecem destaque por contemplar, pelo menos, um desses indicadores de qualidade: i. inovação e criatividade na concepção e execução de um determinado conjunto de atividades didáticas, ii. impacto e repercussão positiva na comunidade extraescolar, disseminando publicamente as informações sobre trabalho escravo e iii. representatividade, pois a unidade selecionada contempla, por meio de sua experiência particular, uma linguagem artística ou solução metodológica empregada largamente por outras escolas pelo estado afora.

SRE Araçuaí

	ALCANÇADOS PELO ENP!
Municípios	21 - Araçuaí, Berilo, Berizal, Chapada do Norte, Comercinho, Coronel Murta, Francisco Badaró, Fruta de Leite, Indaiabira, Itaobim, Itinga, Jenipapo de Minas, José Gonçalves de Minas, Medina, Ninheira, Novorizonte, Rubelita, Salinas, Santa Cruz de Salinas, Taiobeiras e Virgem da Lapa
Unidades escolares	41
Alunos	19.756
Educadores	963
Funcionários	945
Comunidade extraescolar	9.113
Total de pessoas prevenidas	30.777

Equipe de referência do ENP! na SRE: Gilda Pereira dos Santos (analista educacional), José Luiz Venturini (assessor pedagógico), Ilse Marcelino Duarte Rocha (analista educacional) e Vera Meireles Silva (assessora pedagógica).

Multiplicação de relatos em um contexto de migração

Todos os anos, jovens e seus parentes deixam casa, família e escola no Vale do Jequitinhonha, no noroeste de Minas Gerais, para trás. Eles buscam oportunidades de trabalho e melhores condições de vida que raramente encontram em seus municípios de origem. Mas esta iniciativa, uma aposta em garantir o próprio sustento, nem sempre termina da maneira que deveria. Muitos são aliciados para empregos em situação análoga à de escravidão.

Este é um contexto que se repete em muitas das comunidades atendidas pelas escolas estaduais da Superintendência Regional de Ensino (SRE) de Araçuaí. Ludibriados por promessas que depois não se concretizam, trabalhadores são recrutados para desempenhar serviços na colheita da cana-de-açúcar em cidades no norte mineiro ou estados vizinhos, como no sul da Bahia ou noroeste do Espírito Santo. Dadas as condições, muitos abandonam o emprego antes do término ou ainda levam consigo, ao final, as marcas e lembranças de situações de exploração.

Nas escolas da SRE, multiplicaram-se os depoimentos de familiares de alunos, quando não os destes mesmos, que vivenciaram circunstâncias análogas à de escravidão. Surgiram, por mais de uma vez, pais e mães da comunidade contando que foram submetidos a condições de trabalho subumanas. Também houve relatos dos próprios estudantes, principalmente dos mais velhos, que se afastam dos estudos esporadicamente para trabalhar nas lavouras.

Sensíveis à situação das comunidades onde atuam, os educadores da região reconheceram a relevância de abordar o tema do trabalho escravo, principalmente no que diz respeito à relação dele com os fluxos migratórios. Estes assuntos já eram lecionados nas disciplinas de Sociologia, História e Geografia, mas ganharam uma abordagem conjun-

ta nos currículos escolares após os ciclos de formação do projeto *Escravo, nem pensar!*.

“O sucesso da execução do projeto nas escolas só foi possível devido ao material de excelente qualidade do ENP!. O diagrama, com o passo a passo, foi de grande ajuda para os analistas e professores”, afirmou a analista educacional da SRE de Paracatu, Gilda Pereira.

Com o desenvolvimento das ações, professores, funcionários e alunos das escolas conseguiram encontrar casos de vítimas de trabalho escravo contemporâneo fazendo pesquisas de campo. Por decorrência, quem se identificou com a prática ajudou a detalhar como ela ocorre a partir de falsas promessas vindas de aliciadores e as condições de trabalho em atividades de corte da cana, colheita de café e venda de roupas.

A comunidade de ensino agiu como disseminadora do tema e ajudou a divulgar maneiras de prevenir o aliciamento pelo trabalho escravo, esclarecendo a população dos municípios abrangidos pela SRE sobre direitos humanos e direitos trabalhistas. Ela também ajudou a divulgar os canais oficiais de denúncias contra o trabalho escravo.



Estudantes saíram às ruas para mobilizar a população contra o trabalho escravo
E. E. Profª Aparecida Dutra - Araçuaí (MG)



*Alunos informam a população sobre o trabalho escravo em panfletagem pelas ruas
E.E. Oswaldo Lucas Mendes - Taiobeiras (MG)*



*Professores e alunos saem pelas ruas para alertar a comunidade sobre as práticas
do trabalho escravo
E. E. Monsenhor Manoel - Medina (MG)*

NA ESCOLA, INSTALAÇÕES AJUDAM A IDENTIFICAR O TRABALHO ESCRAVO

Para prevenir o aliciamento pelo trabalho escravo, não basta falar sobre como acontece, é preciso ver. Ajudar a reconhecer como se caracteriza o problema foi o intuito da formação ocorrida na E.E. Aníbal Gonçalves das Neves, no município de Fruta do Leite, ligada à SRE de Araçuaí.

Na unidade de ensino, educadores e alunos montaram várias instalações que mostravam com detalhes as condições subumanas de serviço no campo e na cidade. A ideia era aproximar a encenação o máximo possível da realidade para conscientizar não só os alunos, mas toda a comunidade escolar, como pais, amigos e vizinhos das pessoas que frequentam a escola.

“Todos os mais de mil estudantes e seus familiares puderam viver e identificar nessa experiência como as pessoas são aliciadas e trabalham em condições análogas à escravidão”, disse a educadora Ana Lúcia Jardim, especialista em educação básica. Ela foi uma das idealizadoras da iniciativa, que motivou os seus colegas professores.

A escola já teve casos de estudantes aliciados pelo trabalho escravo. Em média, 30 alunos, principalmente os mais velhos, entre 15 e 17 anos, afastam-se anualmente para buscar emprego nas plantações de cana. Eles interrompem os estudos ou por necessidade ou porque querem juntar dinheiro. Recebem a promessa de um bom salário, mas isso raramente acontece.

Após as atividades de formação, muitos dos alunos se identificaram com as situações retratadas. Ana Lúcia afirmou que quer que os jovens e as famílias deles estejam conscientes dos riscos que correm ao aceitar ofertas de emprego do tipo. “A gente acredita que agora eles estão cientes de seus direitos e vão evitar situações assim.”



Estudantes simulam uma carvoeira onde há trabalho escravo
E.E Aníbal Gonçalves das Neves - Fruta de Leite (MG)



Instalação mostra como são as condições de trabalho subumanas no corte da cana
E.E Aníbal Gonçalves das Neves - Fruta de Leite (MG)

SRE Belo Horizonte: Metropolitanas A, B, C

Iniciativas bem sucedidas, apesar das dificuldades

Além de apresentar o tema do trabalho escravo, que muitas vezes é novo aos olhos de educadores e alunos, as atividades de formação nas escolas estaduais das Superintendências Regionais de Ensino Metropolitanas A, B e C tiveram outros desafios —a região de Belo Horizonte é dividida em três SREs em razão do grande número de municípios no entorno. Houve certa dificuldade de alcançar um número expressivo de escolas, devido à distância entre as cidades e a greve de professores que aconteceu durante o calendário escolar.

As adversidades, no entanto, não impediram o sucesso da empreitada. As SREs conseguiram atingir uma quantidade significativa de escolas por meio de estratégias pedagógicas. O trabalho interdisciplinar dos professores, que passaram a abordar o trabalho escravo em mais de uma frente e o uso de eventos como as feiras de ciências, além das atividades artísticas, são alguns dos métodos empregados para o envolvimento da comunidade. Cada escola lançou mão de um repertório próprio, mas as orientações pedagógicas e o material fornecido pelo programa Escravo, nem Pensar! foram fundamentais para as abordagens, já que colaboraram para ampliar a gama de linguagens utilizadas.

SRE Metropolitana A

	ALCANÇADOS PELO ENP!
Municípios	8 - Barão de Cocais, Belo Horizonte, Brumadinho, Catas Altas, Crucilândia, Moeda, Nova União e Piedade dos Gerais
Unidades escolares	19
Alunos	8.215
Educadores	420
Funcionários	288
Comunidade extraescolar	2.467
Total de pessoas prevenidas	11.390

Equipe de referência do ENP! na SRE: André Cunha (assessor pedagógico) Claudia Helena da Silva (analista educacional) e Marcelo Bahia Cantella (analista educacional).





Inovação com abordagem interdisciplinar

O trabalho escravo já fazia parte do currículo das escolas administradas pela SRE Metropolitana A, mas de forma dispersa e pouco conectada entre as diferentes disciplinas. Além disso, parecia algo distante da realidade de educadores e alunos. Os materiais oferecidos pelo ENP! ajudaram a firmar o nó que faltava para amarrar todas essas partes em uma coisa só.

O projeto trouxe uma nova maneira de implementar ações estruturadas e contextualizadas nas escolas. Professores e funcionários bus-

caram desenvolver novas metodologias e modelos para tratar do assunto. Os encontros sobre o trabalho escravo ajudaram a promover a troca de experiências, desafios e metodologias de ensino. Também auxiliaram a resolver dúvidas e consolidar conceitos.

“Poucos educadores sabiam da perversa realidade do trabalho escravo no estado, sobretudo a grave estatística existente. Os materiais físicos e digitais disponibilizados [pelo ENP!] representam um novo olhar sobre práticas pedagógicas contextualizadas em formato de projetos interdisciplinares”, afirmou o analista educacional Marcelo Cantella.



Mostra de trabalhos sobre o projeto contou com apresentações culturais
E.E José Mesquita de Carvalho - Belo Horizonte (MG)



Alunos apresentam dramatização de trabalho escravo no meio rural
E.E Padre Pedro Thysen - Piedade dos Gerais (MG)



Em sala, alunos aprenderam sobre trabalho escravo sob a ótica de disciplinas diferentes
E. E. Assis Chateaubriand - Belo Horizonte (MG)

O COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO EM LIBRAS

A diversidade de metodologias foi uma das características das unidades de ensino vinculadas à SRE Metropolitana A. Na E.E. Francisco Sales, Belo Horizonte, os educadores mostraram, além de criatividade, uma preocupação inclusiva. Eles abordaram o trabalho escravo contemporâneo realizando atividades na Língua Brasileira de Sinais (Libras).

Os professores Maria Margarida dos Santos Gomes, de Libras, e Antônio Campos de Abreu, de História e Geografia, foram incumbidos da tarefa, sobre a qual entendem bem. Os dois, surdos, são alguns dos responsáveis por acompanhar pessoas na mesma situação na escola na capital mineira. Eles ajudaram a adaptar os materiais conforme a necessidade dos estudantes.

“Fizemos a explanação preocupados em passar tudo aos alunos sobre este tema”, escreveu Margarida, em um depoimento sobre o projeto.

Uma das preocupações das atividades foi lembrar que a prevenção é irrestrita e deve incluir, principalmente, aqueles mais vulneráveis. O projeto foi realizado com uso de recursos de comunicação que adaptaram os materiais didáticos oferecidos pelo programa Escravo, nem pensar!, preservando o rigor conceitual.

No universo de pessoas com deficiência, a transmissão de informações e conhecimento exige a versatilidade e a adaptabilidade das práticas pedagógicas. A E. E. Francisco Sales mostra que não só isso é possível, como a prevenção ao trabalho escravo contemporânea precisa sempre de mais multiplicadores, esforços e criatividade.



Em Libras, a professora Maria Margarida repassa informações sobre trabalho escravo E.E. Francisco Sales, Belo Horizonte (MG)



Estudantes discutem o trabalho escravo como parte do currículo escolar E.E. Dom Silvério - Mariana (MG)



SRE Metropolitana B

ALCANÇADOS PELO ENP!	
Municípios	10 – Belo Horizonte, Betim, Contagem, Esmeraldas, Ibirité, Igarapé, Juatuba, Mário Campos, São Joaquim de Bicas e Sarzedo
Unidades escolares	33
Alunos	16.474
Educadores	380
Funcionários	0
Comunidade extraescolar	687
Total de pessoas prevenidas	17.541

Equipe de referência do ENP! na SRE: Eunira de Lourdes Hilário (inspetora escolar) e José de Paula Ribeiro (analista educacional).

Surpresa e busca por continuidade

Foi com surpresa que muitos dos educadores e alunos das escolas ligadas à SRE Metropolitana B receberam as atividades sobre trabalho escravo. Havia desconhecimento de que algo tão grave poderia acontecer tão perto. Eles não imaginavam que casos de trabalho escravo contemporâneo flagrados na região, como na construção civil, poderiam estar presentes no meio urbano.

No geral, os espaços de formação ocorreram em conjunto com os eventos relacionados à Semana de Educação para a Vida, da Secretaria Estadual de Educação, e à Semana da Consciência Negra, em outubro. Contaram, para isso, com os materiais do programa Escravo, nem pensar!, muito elogiado pelos educadores. Eles organizaram apresentações de teatro, recitais de poesia, shows musicais e exposições.

As atividades foram incluídas nas janelas que as escolas encontraram dentro do cronograma anual. O calendário ficou um pouco apertado, mas os resultados foram satisfatórios. De acordo com os diretores e coordenadores das unidades que abordaram o tema, o objetivo agora é manter a discussão sobre trabalho escravo contemporâneo no currículo das escolas, destinando mais tempo para o assunto.

“A temática despertou a observação de alunos e professores. Muitos reconheceram as condições de trabalho dos pais, mães, familiares, amigos ou deles próprios. Uma vez que o senso crítico foi despertado, comenta-se em casa e na comunidade, e não é mais possível a escola não discutir o assunto”, disse José de Paula Ribeiro, analista educacional da SRE-B.



Alunos seguram fantoches que usaram em peça teatral sobre trabalho escravo

E. E. Santa Quitéria - Esmeraldas (MG)



Nas atividades, estudantes falaram sobre os direitos do trabalhador

E. E. Divina Providência, Belo Horizonte (MG)

ENTREVISTA COM UMA VÍTIMA DO TRABALHO ESCRAVO

Maria Paulina de Jesus tem 47 anos, mas ainda jovem, aos 12, foi vítima não só do trabalho infantil, mas de trabalho escravo em canaviais. Ela passava o dia inteiro cortando cana-de-açúcar, porque ela e os irmãos precisavam ir para as lavouras com os pais para garantir a subsistência. Viu acidentes e carga no corpo as cicatrizes pelo manejo de facão.

Maria Paulina não existe de verdade, mas é uma personagem que revela uma das faces do trabalho escravo contemporâneo. Ela participou de uma entrevista gravada em vídeo e conduzida pelos estudantes da escola. Trata-se de uma dramatização, encenada pelos alunos da E. E. Maria das Graças, em Contagem, na região metropolitana de Belo Horizonte.

O objetivo da encenação era trazer mais informações sobre o assunto. A ideia foi coordenada pelos educadores, que, por sua vez, apoiaram-se nos materiais do ENP!. Essa foi uma das diversas atividades desenvolvidas pela comunidade escolar, que contou com a criatividade para também realizar exposições, peças de teatro e apresentações musicais.



Alunos encenam uma entrevista com uma personagem fictícia vítima de trabalho escravo E. E. Maria das Graças, Contagem (MG)



As discussões sobre trabalho escravo também foram tema das aulas E. E. Maria das Graças Costa - Contagem (MG)

SRE Metropolitana C

ALCANÇADOS PELO ENP!

Municípios	4 - Belo Horizonte, Pedro Leopoldo, Ribeirão das Neves e Santa Luzia
Unidades escolares	6
Alunos	4.371
Educadores	150
Funcionários	100
Comunidade extraescolar	2.017
Total de pessoas prevenidas	6.638

Equipe de referência do ENP! na SRE: Marco Aurélio Homem Barbosa (analista educacional) e Adma Campos Saldanha (analista educacional).

Relevância do tema superou as adversidades

Foi um ano difícil para as escolas estaduais de Minas Gerais, principalmente para aquelas ligadas à SRE Metropolitana C. Atrasos nos salários e condições ruins de trabalho levaram a greves e paralisações dos educadores. Assim, o conteúdo escolar atrasou, e o ânimo se perdeu. Mas a relevância do tema e a possibilidade de abordá-lo com criatividade permitiram que houvesse o encaminhamento das atividades de prevenção ao trabalho escravo.

A maioria das unidades de ensino da região conseguiu encaixar os eventos de formação sobre o assunto na Feira de Ciência, em novembro. Na ocasião, as escolas se abrem para a comunidade, recebendo pais, familiares e amigos de alunos e professores. O encontro, dessa forma, permitiu diversificar atividades e metodologias, realizando peças teatrais, exposição de cartazes, desenhos e maquetes.

Além disso, houve uma série de exercícios de produção de textos. Orientados pelos professores de português, os estudantes produziram cartas, dissertações, narrativas, histórias em quadrinhos, cordéis e roteiros de teatro que traziam informações acerca do trabalho escravo contemporâneo. A abordagem do assunto fez com que os alunos identificassem a situação de aliciamento, relatando, inclusive, casos de que ouviram falar.



Alunos realizam júri simulado sobre caso de trabalho escravo
E.E Padre João de Mattos Almeida - Belo Horizonte (MG)



Charges e histórias em quadrinhos entraram nas formações da SRE Metropolitana C
E. E. Padre João de Mattos Almeida - Belo Horizonte (MG)

UM MURAL E UM ESPETÁCULO SOBRE O TEMA

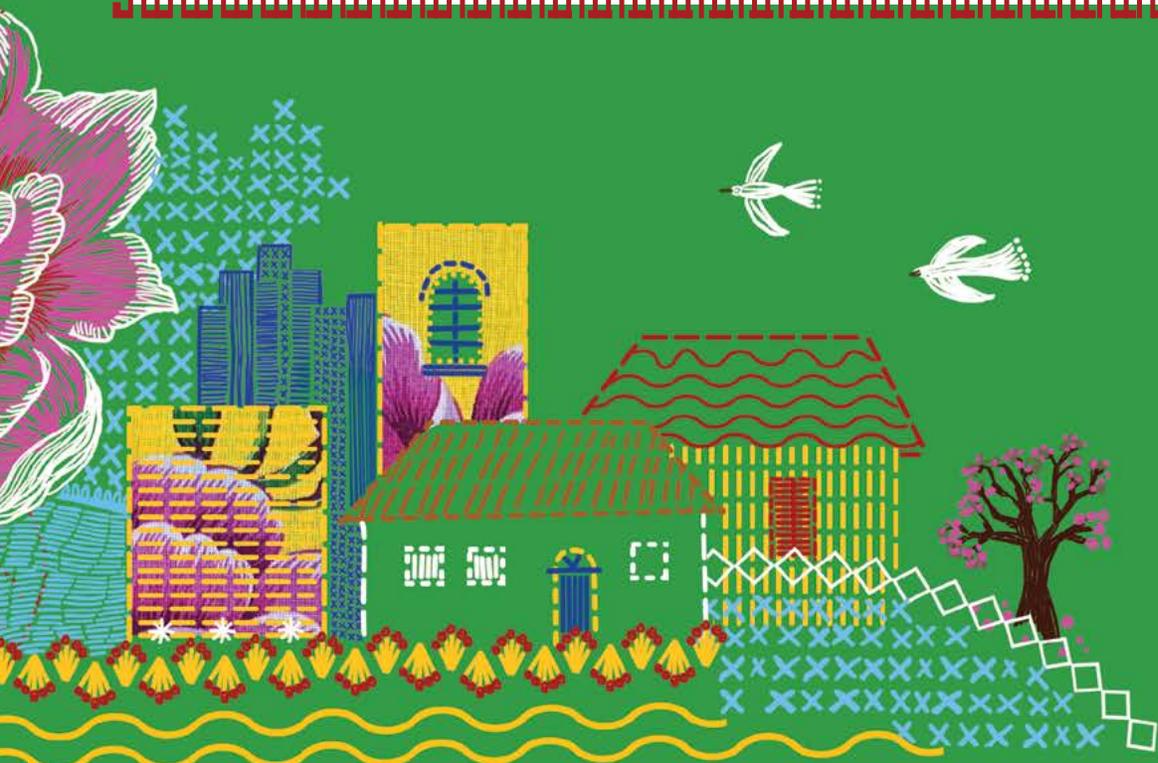
Quem chegava ao pátio principal da E. E. Ari de Franca, em Belo Horizonte, surpreendia-se com um grande mural de recepção. “Diga não ao tráfico humano”, dizia um cartaz feito em papel craft pelos estudantes. O painel era um dos muitos elaborados, sob supervisão dos educadores, para tratar de outras dinâmicas relacionadas ao trabalho escravo contemporâneo, como o tráfico de pessoas.

O mural estava acompanhado de outros materiais elaborados para as atividades de formação. Além dele, os alunos confeccionaram cartazes para afixar nas salas de aula, penduraram banners e arriscaram até obras de artes plásticas mais elaboradas, como mãos de papel penduradas no teto da escola afirmando “Escravo Não!”.

Assim como o grande painel no pátio da escola, teve destaque a apresentação de um espetáculo encenado pelos estudantes, no mesmo local. Com música ao vivo e fantasias à caráter, eles apresentaram uma peça teatral que sensibilizou a comunidade escolar sobre a necessidade de continuar a acompanhar as discussões sobre trabalho escravo, sem prejudicar o conteúdo e fornecendo um bom subsídio de informação.



Encenação usou música e teatro para falar de trabalho escravo com a comunidade
E. E. Ari de Franca - Belo Horizonte (MG)



Painel sobre o tráfico de pessoas no pátio da escola
E. E. Ari de Franca - Belo Horizonte (MG)

SRE Paracatu

	ALCANÇADOS PELO ENP!
Municípios	5 – Brasilândia de Minas, Guarda-Mor, João Pinheiro, Paracatu e Vazante
Unidades escolares	33
Alunos	14.970
Educadores	739
Funcionários	20
Comunidade extraescolar	2.336
Total de pessoas prevenidas	18.065

Equipe de referência do ENP! na SRE: Dariane Ferreira Martins (analista educacional) e Wanderlândia Silva Neiva Fernandes (analista educacional)

O debate sobre trabalho escravo no calendário escolar

De diferentes maneiras, nas mais variadas disciplinas, as discussões sobre trabalho escravo foram inseridas nas escolas sob a administração da Superintendência Regional de Ensino (SRE) de Paracatu no decorrer do segundo semestre. Previsto no Plano de Convivência Democrática de 2018, o assunto se tornou parte de outras atividades desenvolvidas no calendário.

Cada unidade procurou a melhor forma de abordar o tema. Engajados, os educadores inseriram o conteúdo sobre o trabalho escravo oferecido pelo programa Escravo, nem pensar!, adaptando-o aos eventos e aulas que costumam realizar. Boa parte dele figurou na Semana de Educação para a Vida, que aconteceu entre os dias 19 e 24 de novembro.

Peças de teatro sobre o aliciamento de trabalhadores e como ocorre o ciclo do trabalho escravo contemporâneo foram algumas das principais atividades desenvolvidas. Mas houve outras, como caminhadas, panfletagens, palestras e gincanas — e até show e poesia. Todas elas se apoiaram na exposição de gráficos, números e outras informações disponíveis nos materiais didáticos.

Além disso, os educadores trouxeram a discussão do assunto para a sala. As diferenças entre a escravidão antiga e o trabalho escravo contemporâneo ocuparam as aulas de História. Os setores da economia que costumam incorrer na prática foram tema da Geografia. As estatísticas de trabalho escravo, da Matemática. E as encenações, paródias e poesia, das disciplinas de Arte, Educação Física e Língua Portuguesa.

A repercussão das atividades fez com que algumas pessoas identificassem a própria situação. “Muitos relataram casos deles ou de parentes que migraram para outros lugares em busca de trabalho e, ao chegar ao local, encontraram condições degradantes. Na época eles não entendiam que se tratava de trabalho análogo ao de escravo, mas percebem agora”, disse Wanderlândia Silva Neiva Fernandes, analista educacional da SRE de Paracatu.



Alunos fazem apresentação teatral sobre o trabalho escravo
E.E Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira - Vazante (MG)



Estudantes mostram maquete que caracteriza o trabalho escravo em carvoarias
E. E. Teotônio Brandão Vilela - João Pinheiro (MG)



OS MAIS VELHOS ENCENAM O DRAMA DO TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO

No período noturno, são os alunos mais velhos que frequentam a E. E. Virgílio de Melo Franco, no município de Paracatu. Além do ensino regular, há aqueles matriculados em cursos técnicos e no magistério. De iniciativa deles partiu a encenação de uma peça de 40 minutos de duração para mostrar como acontece o aliciamento pelo trabalho escravo contemporâneo.

A dramatização ilustrava o passo a passo de como as coisas acontecem. Começava com um homem deixando a família para buscar dinheiro trabalhando em uma fazenda. Chegando lá, no entanto, ele encontra condições muito precárias de serviço, totalmente diferentes das que tinham lhe sido oferecidas originalmente. O cenário simulava um alojamento precário, do mesmo tipo em que são flagrados os casos de trabalho escravo.

A apresentação era acompanhada de uma dança, que reforçava o retrato da situação. Uma das preocupações dos educadores e estudantes que realizaram a peça foi diferenciar a escravidão antiga, quando um escravo era uma propriedade de outra pessoa, do trabalho escravo, ligada à violação dos direitos humanos no ambiente de trabalho.

“Mostrar essa diferença fez com que os alunos refletissem e pudessem identificar conhecidos que trabalharam em situação análoga à escravidão”, disse a professora de ensino médio e fundamental Cleonide Rosane Silva, que auxiliou na organização do espetáculo. Fazer esse tipo de atividade com os mais velhos, segundo ela, é proteger aqueles que estão mais próximos de serem vítimas do aliciamento.



Encenação simula o alojamento de trabalhadores submetidos ao trabalho escravo
E.E. Dr. Virgílio de Melo Franco - Paracatu (MG)



A situação do trabalho no setor têxtil também foi tratada pelos alunos
E.E. Dr. Virgílio de Melo Franco - Paracatu (MG)

SRE Patrocínio

	ALCANÇADOS PELO ENP!
Municípios	7 – Cruzeiro da Fortaleza, Guimarães, Ibiá, Iraí de Minas, Patrocínio, Perdizes e Serra do Salitre
Unidades escolares	32
Alunos	12.463
Educadores	758
Funcionários	779
Comunidade extraescolar	3.215
Total de pessoas prevenidas	17.215

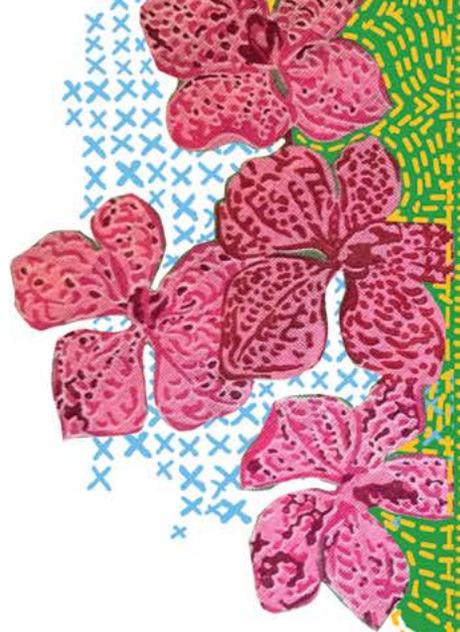
Equipe de referência do ENP! na SRE: Leticia Borges Marra Soares (assessora pedagógica) e Leandro Thiago da Silva (analista educacional).

Interdisciplinaridade do trabalho escravo na escola e na vida

A prevenção ao trabalho escravo passa pela conscientização principalmente de pessoas em situação de vulnerabilidade. Para atingir o maior público possível, as unidades de ensino ligadas à SRE de Patrocínio procuraram no cronograma escolar as melhores datas para abordar o tema. Isso levou as principais atividades sobre o trabalho escravo a três tipos de eventos: a Virada Educação Minas Gerais, a Semana de Educação para a Vida e as feiras culturais e de ciências.

A opção por esses dias no calendário fortaleceu o trabalho interdisciplinar dos educadores, já que as ocasiões escolhidas demandam o trabalho em equipe, além do diálogo com a comunidade. Os materiais oferecidos pelo ENP! colaboraram com as abordagens e a integração dos diferentes assuntos do currículo escolar. O conteúdo já fazia parte do programa das disciplinas, mas foi importante colocá-lo em contato com outros temas.

Os educadores das escolas da região instigaram os alunos a pesquisar sobre o trabalho escravo contemporâneo para colher os frutos na sequência. As informações coletadas serviram à produção de uma série de atividades, como peças teatrais, rodas de conversa, debates públicos, que envolveram os pais, familiares e amigos da comunidade.



Maquete retratou as condições degradantes de trabalho no meio rural
E. E. São José - Ibiá (MG)



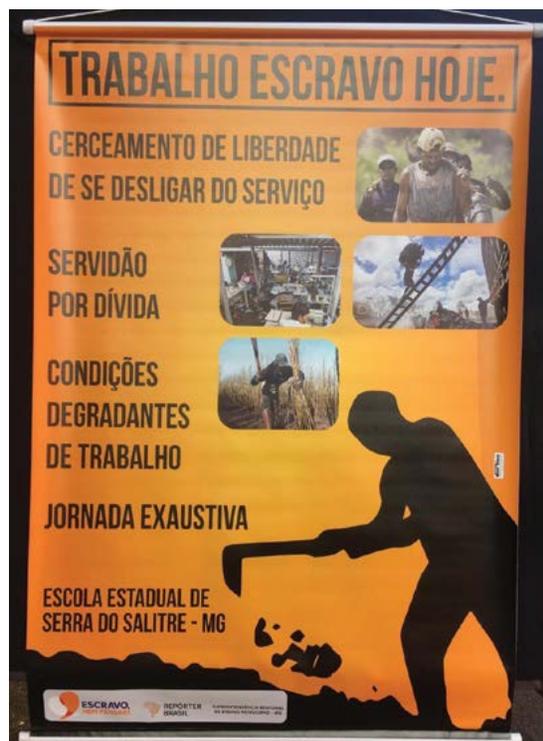
Roda de conversa trouxe o trabalho escravo para o centro da discussão em aula
E. E. Prefeito Virmondes Afonso - Perdizes (MG)

UM JORNAL CONTRA O TRABALHO ESCRAVO

Por ser uma cidade de área predominantemente rural, Serra do Salitre tem um intenso fluxo migratório. Muitas pessoas vêm e vão do município à procura de trabalho nas fazendas da região. As plantações de café oferecem empregos e movimentam a economia local, mas são também foco de casos de trabalho escravo. O problema faz parte da realidade de quem vive por lá.

No mesmo ano em que a E. E. de Serra do Salitre realizava suas atividades de prevenção, seis pessoas foram resgatadas de condições análogas à escravidão em uma propriedade rural na região. O caso foi incluído em abril de 2019 na lista suja do trabalho escravo, divulgada pela Secretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério da Economia.

O episódio demandou a atenção da comunidade escolar sobre o assunto. Cientes de sua responsabilidade, os educadores procuraram trabalhar cada um o tema dentro de sua especialidade: na matemática, os números do trabalho escravo; nas artes, a elaboração de materiais sobre o assunto; nas aulas de línguas, a produção de texto a respeito do problema.



Os estudantes pesquisaram o tema e confeccionaram materiais que foram expostos pela escola. O conhecimento chegou aos familiares, que se envolveram com as atividades. Para sintetizar o conteúdo, a direção providenciou uma edição especial do jornal escolar para ser distribuído na cidade e alertar sobre o assunto. O informativo se tornou um instrumento de alerta contra o trabalho escravo.

*Banner informativo sobre o trabalho escravo contemporâneo
E. E. de Serra do Salitre - Serra do Salitre (MG)*



*Alunas encenam situação de trabalho escravo em oficina de confecção têxtil
E. E. de Serra do Salitre - Serra do Salitre (MG)*



*Roda de conversa contextualiza a realidade local com casos de trabalho escravo
E. E. de Serra do Salitre - Serra do Salitre (MG)*

SRE Unai

ALCANÇADOS PELO ENP!	
Municípios	10 – Arinos, Bonfinópolis de Minas, Buritis, Cabeceira Grande, Dom Bosco, Formoso, Natalândia, Riachinho, Unai e Uruana de Minas
Unidades escolares	35
Alunos	14.257
Educadores	679
Funcionários	665
Comunidade extraescolar	6.170
Total de pessoas prevenidas	21.771

Equipe de referência do ENP! na SRE: Janaíla Carneiro de Freitas (assessora pedagógica), Andreza Cássia da Conceição (analista educacional) e Juliana Donato (analista educacional).

A Chacina de Unai revisitada

Os auditores fiscais do trabalho Nelson José da Silva, João Batista Lages e Eratóstenes de Almeida Gonçalves iam acompanhados do motorista Ailton Pereira de Oliveira para fazer, em 28 janeiro de 2004, fiscalizações de rotina na zona rural do município de Unai. Seguiam, quando foram alvejados por tiros. Morreram todos assassinados. O caso ficou conhecido como a Chacina de Unai e deu origem ao Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo.

Passados 15 anos desde a ocasião, os executores estão presos, mas os apontados como mandantes e intermediários do crime respondem à Justiça em liberdade.

Não há como abordar o trabalho escravo na área compreendida pela SRE de Unai sem tratar desse terrível episódio. Ele não só lembra que o problema persiste localmente, em fazendas de grãos, na pecuária e carvoarias, mas mostra também que, muitas vezes, o trabalho escravo aparece associado a outros tipos de violência, como ameaças, intimidações e, inclusive, mortes.

“Não foi por acaso que a Repórter Brasil, indicou a SRE Unai para que pudéssemos junto às escolas desenvolver o projeto Escravo nem pensar! e falar da Chacina de Unai”, afirmou Janaíla Carneiro de Freitas, assessora pedagógica da Superintendência Regional de Ensino.

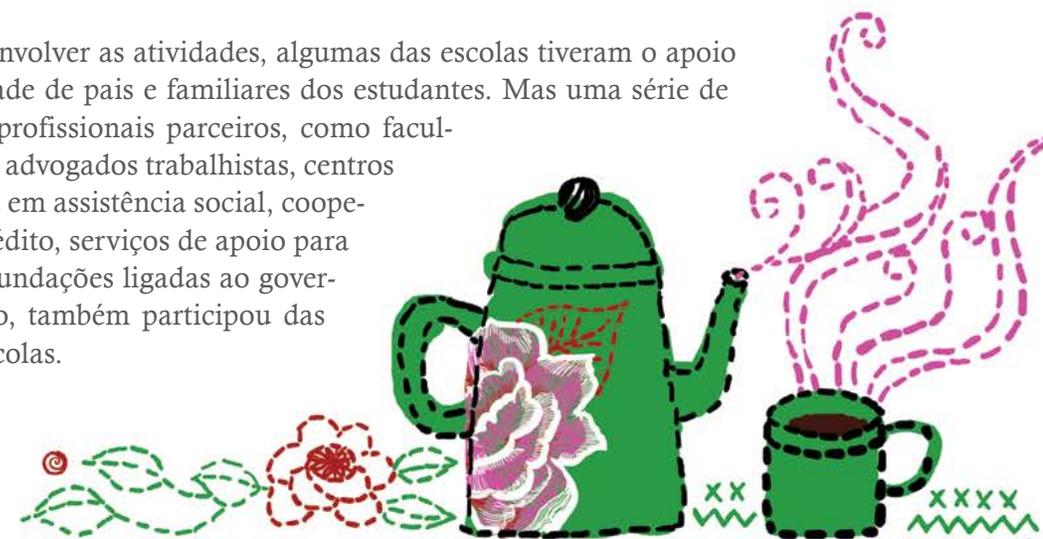
“Em qualquer que seja o ambiente, e no educacional não é diferente, a chacina traz à tona um misto de emoções. Vários são os pontos de vista e posicionamentos. Mas foi possível observar que nas escolas o assunto foi abordado com seriedade e ética, principalmente no município de Unai, onde a história ganha uma conotação sentimental”, ela complementou.

O caráter violento do caso fez com que ele ocupasse a agenda do Programa de Convivência Democrática, realizado pela secretaria estadual nas unidades de ensino, para ser

abordado nas disciplinas. A iniciativa se fundamenta na educação em direitos humanos e tem o objetivo de fomentar o conhecimento do assunto e a criação de mecanismos de proteção.

Nas escolas, além do programa de convivência, as atividades desenvolvidas foram diversificadas. Houve desde peças de teatro e exposições até a criação de uma campanha digital com duas hashtags #EscravoNemPensarMariaAssunes ou #ENPnoMariaAssunes, na E. E. Maria Assunes, em Unai.

Para desenvolver as atividades, algumas das escolas tiveram o apoio da comunidade de pais e familiares dos estudantes. Mas uma série de entidades e profissionais parceiros, como faculdades locais, advogados trabalhistas, centros de referência em assistência social, cooperativas de crédito, serviços de apoio para empresas e fundações ligadas ao governo do estado, também participou das ações das escolas.



Estudantes saem às ruas com materiais sobre o trabalho escravo contemporâneo E. E. São Domingos - Buritis (MG)



Estudantes apresentam cartazes com estatísticas sobre o trabalho escravo no Brasil
E. E. Anália Carneiro dos Santos - Buritis (MG)



Alunos em apresentação sobre o tema na Semana de Educação
E. E. Martinho Antônio Ornelas - Formoso (MG)

ENVOLVIMENTO DE COMUNIDADE COM ESCOLA EM MOVIMENTO

Riachinho é considerada a cidade menos acessível dentre aquelas administradas pela SRE de Unaí. Mas isso, a princípio, não impediu o sucesso de iniciativas certeiras e criativas para falar do trabalho escravo. A Escola Estadual Núcleo Colonial Vale do Urucuia aproveitou as atividades inseridas no calendário do governo do estado para fomentar o debate sobre o tema.

O foco de ação se concentrou na semana da Escola em Movimento, um período reservado, em agosto, pela SEE-MG para a formulação conjunta, envolvendo alunos e professores, de atividades visando à inovação dos métodos de ensino e avaliação. Pensada como um momento para diálogo, reflexão e planejamento coletivo, o objetivo da ocasião é desenvolver ações para construir um currículo integral e integrado nas unidades de ensino.

Os educadores organizaram eventos que ajudaram a conscientizar os alunos e os seus pais a respeito do trabalho escravo. Entre as principais atividades, houve a realização de um cine-debate e uma passeata pelas ruas da cidade para alertar sobre o tema. As feiras de ciências e de diversidade também deram espaço para algumas das atrações de formação pedagógica.

As ações foram importantes para trazer à luz casos que aconteceram na região, como a própria Chacina de Unaí, segundo Hévia Sales, diretora da escola. “Vimos muitos casos de trabalho escravo recentes, principalmente aqueles divulgados nas mídias. O mais simbólico e próximo foi o ocorrido na cidade. Foi importante tratar disso porque as pessoas souberam mais do assunto e dos seus direitos. Com isso, passaram a falar mais a respeito”, ela afirmou.



Estudantes com cartazes sobre trabalho escravo nas ruas da cidade
E. E. Núcleo Colonial Vale do Urucuia - Riachinho (MG)



Passeata organizada para alertar a comunidade sobre a ocorrência do trabalho escravo
E. E. Núcleo Colonial Vale do Uruçuia - Riachinho (MG)



Professoras e alunos do ensino infantil com as letras do programa ENP!
E. E. Núcleo Colonial Vale do Uruçuia - Riachinho (MG)

SRE Varginha

ALCANÇADOS PELO ENP!	
Municípios	28 – Alfenas, Boa Esperança, Cambuquira, Campanha, Campo do Meio, Campos Gerais, Carmo da Cachoeira, Carvalhópolis, Coqueiral, Cordislândia, Elói Mendes, Fama, Guapé, Ilícinea, Lambari, Luminárias, Machado, Monsenhor Paulo, Nepomuceno, Paraguaçu, Poço Fundo, Santana da Vargem, São Bento Abade, São Gonçalo do Sapucaí, Três Corações, Três Pontas, Turvolândia e Varginha.
Unidades escolares	59
Alunos	31.534
Educadores	1.196
Funcionários	1.157
Comunidade extraescolar	26.622
Total de pessoas prevenidas	60.509

Equipe de referência do ENP! na SRE: Eliane dos Reis Dias (analista educacional), Maria Augusta Rodrigues da Silva (assessora pedagógica), Rober Naves Vicente (analista educacional).

Grandes distâncias, eficiência maior ainda

Os números são superlativos. Trata-se da Superintendência Regional de Ensino com o maior de número de municípios, 28 ao todo, para fazer a cobertura. Isso leva também a SRE de Varginha a ter que percorrer a maior área, dentre todas as autarquias de educação em Minas Gerais. Os resultados, por sua vez, são maiores ainda. A região foi a que apresentou os melhores números em todo o estado, atingindo em absoluto mais escolas, alunos, educadores e integrantes da comunidade.

Os servidores envolvidos com o trabalho creditam o sucesso à motivação que obtiveram ao entrar em contato com o tema. Migração, tráfico de pessoas, direitos humanos, problemas trabalhistas nas zonas urbanas e rurais fazem parte, saltando aos olhos, da realidade de quem vive nas cidades da região compreendida pela SRE.

“Quando foi apresentado o projeto Escravo, nem pensar!, ficamos muito interessados pelo fato de observamos a migração de pessoas durante as safras. Durante a reunião de apresentação do projeto, muitos professores também manifestaram interesse em participar da capacitação oferecida pela SRE. Observamos que toda a equipe estava disposta a desenvolver o projeto”, conta Maria Augusta Rodrigues da Silva, assessora pedagógica na superintendência de Varginha.

A motivação dos educadores das escolas estaduais foi o fator decisivo. Os professores compreenderam bem a metodologia de abordagem interdisciplinar para o trabalho escravo, e cada um deles soube adaptar bem o conteúdo ao seu contexto. A clareza de informações dos materiais do ENP! também foi importante, de acordo com Maria Augusta.



Alunos realizam panfletagem para alertar a comunidade sobre os riscos do trabalho escravo

E.E Padre João Vieira da Fonseca - Boa Esperança (MG)



Caminhada de conscientização pelas ruas do município

E.E José Bonifácio - Poço Fundo (MG)



Alunos apresentam telejornal sobre direitos trabalhistas

E.E Dr. Ernane Vilela Lima - Nepomuceno (MG)

DOIS ENDEREÇOS, UMA SÓ ESCOLA DE RESISTÊNCIA

Uma unidade está no centro da cidade, na zona urbana de Campo do Meio, enquanto outra está a quilômetros dali, na zona rural — especificamente, em uma área antes ocupada pela falida Usina Ariadnópolis. A Escola Estadual Doutor José de Mesquita Neto funciona, ao mesmo tempo, em dois endereços. No primeiro, atende normalmente à população. No segundo, de um jeito um pouco diferente.

O prédio no local que pertenceu à usina foi construído após os antigos empregados da empresa, que declarou falência sem pagar as indenizações trabalhistas, ocuparem a área para plantar e viver. A unidade da escola está inserida dentro de um assentamento estabelecido pelos ex-funcionários da Ariadnópolis, a comunidade Quilombo Campo Grande, e recebe em grande parte os filhos dos agricultores que vivem por lá.

A história toda da usina está disponível em um artigo no site da Repórter Brasil ([link abaixo](#)). Hoje, os atuais moradores da área estão ameaçados de despejo após uma ordem judicial, mas permanecem, resistindo, no assentamento.

A concentração de terras está relacionada com a desigualdade social brasileira, e este problema é uma das chaves em que o trabalho escravo foi abordado pelos educadores da E. E. Doutor José de Mesquita Neto. O ciclo do trabalho escravo contemporâneo começa com vulnerabilidade social e econômica de uma pessoa que sem escolha, muitas vezes, submete-se a atividades laborais degradantes.

Os educadores da escola em Campo do Meio estão cientes da situação e usaram isso para abordar o tema com seus estudantes. Todos os alunos da escola, seja na zona rural, seja na urbana, estão inseridos no projeto do ENP!. Usar os materiais didáticos foi uma das formas de traduzir o que muitos veem com os próprios olhos: o quanto é importante se informar e reivindicar os seus direitos.

REDE ENP! DEPREVENÇÃO AO TRABALHO ESCRAVO NO BRASIL

As atividades educacionais do ENP! já alcançaram 465 municípios em onze estados brasileiros e beneficiaram mais de 1,3 milhão de pessoas. Confira os estados de atuação do programa.



- BAHIA
- CEARÁ
- GOIÁS
- MARANHÃO
- MINAS GERAIS
- MATO GROSSO
- PARÁ
- PIAÚÍ
- SÃO PAULO
- RIO DE JANEIRO
- TOCANTINS



Estudantes explicam o o ciclo do trabalho escravo contemporâneo
E. E. Doutor José de Mesquita Neto - Campo do Meio (MG)



Alunos produzem materiais informativos sobre o tema
E. E. Doutor José de Mesquita Neto - Campo do Meio (MG)

SAIBA MAIS SOBRE TRABALHO ESCRAVO:

 **SITE ENP!**
www.escravonempensar.org.br

 **FACEBOOK**
[/escravonempensar](https://www.facebook.com/escravonempensar)

 **LIVRO DIGITAL ENP!**
www.escravonempensar.org.br/livro

 **INSTAGRAM**
[@escravonempensar](https://www.instagram.com/escravonempensar)

 **YOUTUBE**
[/EscravoNemPensar](https://www.youtube.com/EscravoNemPensar)

 **AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DA REPÓRTER BRASIL**
www.reporterbrasil.org.br

Apesar de pertencer à região sudeste, uma das mais ricas do Brasil, Minas Gerais está entre os cinco estados com os maiores índices de trabalho escravo do país. Apresenta, por toda sua extensão territorial, não só casos de exploração no campo, mas também nos centros urbanos.

No meio rural, episódios de trabalho escravo contemporâneo têm sido recorrentes nas lavouras de café ou na criação de gado bovino. Nas áreas urbanas, empreendimentos da construção civil têm sido flagrado constantemente explorando pessoas em condições que ferem a dignidade humana.

Minas Gerais, além disso, foi palco de um dos mais violentos episódios envolvendo o trabalho escravo: a chamada Chacina de Unai.

Em janeiro de 2004, quatro funcionários do governo federal foram assassinados enquanto faziam fiscalizações de rotina em fazendas no município de Unai, noroeste do estado. Passados 15 anos, os executores estão presos, mas os apontados como mandantes e intermediários do crime respondem à Justiça em liberdade.

Diante desse contexto, a ONG Repórter Brasil e a Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais realizaram o projeto “Escravo, nem pensar! em Minas Gerais 2018”, com o objetivo de prevenir o trabalho escravo no estado por meio da educação.

Este caderno reúne os principais resultados da iniciativa, que conscientizou mais de 183 mil pessoas sobre essa prática criminosa, prevenindo-as com o uso projetos educacionais desenvolvidos em 258 escolas em 91 municípios mineiros.

REALIZAÇÃO



PARCERIA

APOIO

COMITRATÉ-MG

